

*Maria de los Dolores Jimenez Peña\**  
*Coordenação e organização*

*Márcio Rodrigues Alves\*\**  
*Maria Aparecida Peppe\*\**

## RESUMO

Este trabalho foi pensado como instrumento de compreensão sobre o uso dos meios tecnológicos, para a viabilização de propostas educacionais que priorizem a emancipação do aprendente. Porém, a história da educação tem-nos mostrado que o contraponto a essa perspectiva é a exclusão. A sociedade neoliberal e informacional promoveu mudanças nas relações humanas, acelerando o processo de desigualdades sociais e o empobrecimento. A tecnologia tem se transformado num instrumento a serviço da política de exclusão, pois, o acesso às novas técnicas é ditado pelas condições materiais de cada indivíduo. Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um meio de resistência e transformação das injustiças sociais, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos, e, através das novas tecnologias possibilitar a inclusão digital, num caminho para a emancipação, para a humanização e ampliação do conceito de cidadania.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Neoliberalismo. Exclusão social.

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

\*\* Alunos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, produto de reflexões realizadas pelos autores no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, tem por finalidade demonstrar que o produto das revoluções tecnológicas pode constituir meios para a humanização.

A história tem nos revelado o contraponto a esse projeto, pois, segundo Benjamin, Adorno e Horkheimer representantes da Escola de Frankfurt, o que se repete na história é a violência. Nesse sentido, a história por repetição, é a edição da barbárie do passado, e o presente pode ser concebido como a extensão do que se passou. Essa história é construída em nome da racionalidade técnica que cria uma sociedade unidimensional, ou seja, o vencedor do momento, norteador pelo neoliberalismo e pela globalização, elabora certos tipos de mensagens e fixa modelos para as atividades humanas como o trabalho, a educação e a arte.

Muito se produziu sobre a relação entre tecnologia e educação, através de um viés apologético que mitifica a técnica. O discurso dominante procura demonstrar que, numa sociedade em constante mudança, não se dissocia a atividade produtiva das tecnologias. Isso quer dizer que todos os setores da vida humana são influenciados pelas máquinas.

Para Adorno (1995), no que diz respeito à consciência coisificada, é preciso examinar a relação com a técnica. Um mundo em que a técnica ocupa uma posição tão decisiva, como acontece atualmente, gera pessoas mecanizadas, que acabam perdendo o sentido humano da história. Nesse contexto, a educação pode recuperar essas pessoas tendo em vista a emancipação.

Se o progresso é inerente ao ser humano, é necessário que ele não seja um fim em si mesmo, mas um meio que possibilite a criação de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária. Isso só será possível a partir de uma educação integral, numa política consciente para a utilização dos recursos tecnológicos, beneficiando a todos, sem exceção, superando as contradições sociais e a opressão.

## 2 TECNOLOGIA E O CONCEITO DE PROGRESSO

No contexto atual em que estamos inseridos, assistimos o neoliberalismo provocar transformações nas relações humanas criando uma sociedade informacional, na qual a tendência é a máquina passar a controlar a produção com um número muito reduzido de funcionários, com uma formação técnica para fins de monitoramento dessa produção. Como na Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII, os resultados têm sido os mesmos, ou seja, a aceleração do processo de marginalização e a exclusão das camadas sociais, gerando todos os tipos de violência.

Os séculos XVII e XVIII caracterizaram-se pelas chamadas revoluções burguesas, ocorridas principalmente na Inglaterra e na França, marcando a crise do Anti-



go Regime (Absolutismo Monárquico e Mercantilismo), consolidando o poderio econômico e político da burguesia, bem como o sistema capitalista.

As mudanças econômicas, políticas e sociais verificadas no período, tiveram como fonte de inspiração o movimento intelectual conhecido pelo nome de Iluminismo, que teve início na Inglaterra nos fins do século XVII e alcançou sua maior expressão na França, durante o século XVIII. As idéias defendidas pelos filósofos iluministas atendiam às aspirações da burguesia em ascensão, na medida em que criticavam as instituições do Antigo Regime e refletiam as transformações pelas quais passava a nova sociedade européia, preparando caminho para o movimento revolucionário burguês.

A corrente ideológica do liberalismo expressava os anseios da nova ordem burguesa ao pregar a liberdade nos diversos campos: liberdade de empresa, liberdade de contrato e liberdade individual.

A implantação do capitalismo possibilitou o surgimento de uma nova teoria no campo da economia, denominada de liberalismo econômico, que propunha o conceito de *laissez-faire*, ou seja, a existência de leis naturais na economia, a livre concorrência, o livre cambismo e a defesa da propriedade privada, limitando assim, a intervenção do Estado na economia e na sociedade.

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII provocou mudanças no campo ideológico-cultural, estabelecendo novos tipos de relacionamento social. O racionalismo constituiu-se no fundamento intelectual desta nova ordem econômica e social.

A sociedade industrial regida pela batuta do liberalismo exercitou a idéia de progresso e de desenvolvimento, valorizou a liberdade do homem para que pudesse explorar as suas potencialidades ou de outro modo, gerenciar seus próprios negócios. Assim, uma nova ética, baseada no individualismo, defendida pelos industrialistas, torna-se essencial para garantir a liberdade no mercado de trabalho, pois a instalação da mão-de-obra livre era premissa básica para a prosperidade dos donos do capital.

Os objetivos sociais passaram a ser entendidos como a somatória dos objetivos individuais. Os pensadores liberais propunham a igualdade dos indivíduos perante a lei, o que na prática tornava-se muito difícil, numa sociedade cada vez mais dividida entre proprietários e não-proprietários.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento das máquinas se transformou numa questão crucial para a acumulação capitalista, daí a necessidade de eliminar a concorrência. Busca-se amenizar essa realidade, demonstrando que o progresso técnico advém do progresso da ciência, ambas a serviço do homem.

A história nos revela que desde o momento em que a máquina passou a fazer parte do processo produtivo, muitos pensadores dedicaram-se a refletir sobre a influência desta, sobre a vida do homem. O taylorismo buscava colocar o trabalhador no compasso da máquina, implicando nisso a separação entre trabalho intelectual e físico, dispensando a atividade mental do trabalhador.



Como resultado, surge um novo modo de conceber a máquina, algo imprescindível para atender às necessidades que se criaram a partir dela.

No século XX, na década de 10, o fordismo traz algumas mudanças, não apenas na esfera técnica, como na ideológica. O taylorismo ao enfatizar mais a submissão do trabalhador ao ritmo da máquina, dispensando o raciocínio, criou uma lacuna intelectual nos trabalhadores, resultando na preocupação com o modo de vida dos operários fora do espaço da produção. O projeto de disciplina foi colocado em prática, ou seja, através de inspetores, procurava-se estabelecer uma pedagogia autoritária para controlar as atividades dos trabalhadores em todos os seus aspectos.

A ciência passa a ser um poderoso instrumento não apenas para o aumento da produção, como para a prática de uma pedagogia que leve o trabalhador a se identificar com a ideologia da sociedade industrial. Belloni (2002, p. 154), ao refletir sobre os meios tecnológicos utilizados na educação de adultos nas sociedades pós-fordistas e pós-industriais afirma que:

[...] O modelo fordista extrapolou os limites da produção industrial, tornando-se um discurso político, uma forma de ação do Estado, quase um estilo de vida.

O industrialismo instrucional, que caracteriza as experiências mais importantes de EaD, tende a gerar propostas fechadas em pacotes de ensino, com pequena possibilidade de interação, demasiado diretivos e informativos, deixando pouca margem ao exercício da autonomia do aprendente e tendendo a altos níveis de desmotivação e de abandono.

A conjuntura econômica cria as condições de possibilidades para uma prática pedagógica, voltada para refletir uma determinada realidade.

Esse fenômeno também se faz presente na sociedade pós-industrial caracterizada pelas mudanças constantes que ocorrem em função dos avanços tecnológicos, em especial na informação e comunicação, gerando também mudanças no modo de conceber a educação. Essa sociedade cobra que os envolvidos com a prática pedagógica, acompanhem as mudanças em função das novas culturas que se criaram a partir desse novo estágio do desenvolvimento econômico.

O novo contexto em que vivemos, ditado pelo neoliberalismo, apresenta-se como o quadro descrito por Benjamin (1986, p. 226) na tese nº 9:

Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e ajuntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.

Essa catástrofe que o anjo observa com os olhos escancarados, é o rastro de destruição que o progresso deixa, ou seja, a globalização que coloca a economia sob



a dependência das grandes potências econômicas, privatização das empresas estatais, aumento do índice de desemprego e pobreza, arrocho salarial, desmantelamento de pequenas empresas e a exclusão de milhares de aprendentes em função de uma política educacional não voltada para a emancipação do cidadão. Nesse sentido, podemos invocar os dados que Dowbor (2001, p. 31-32) constata em seu trabalho:

[...] o Relatório Nacional Brasileiro à Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague 1995) constatou que no que se refere aos 8 anos do ensino básico, apenas 34% dos que nele ingressam chegam à sua conclusão, no geral com um tempo de permanência 50% maior do que o período previsto. Existem também descompassos entre a oferta e a demanda, estimando-se 4 milhões o número de crianças fora da escola, ao mesmo tempo que se verifica uma sobrecarga da rede pública. Apenas 1% da população chega à universidade, sendo que o ensino de segundo grau [...] representa outro grande afunilamento, já que somente 30% da população entre 15 e 19 anos de idade tem acesso a ele.

Esse quadro revela a violência da exclusão e da desigualdade social que caracteriza a nossa sociedade inserida num contexto incapaz de revertê-lo com o uso da ciência e da tecnologia. A sociedade neoliberal e informacional provocou transformações nas relações humanas da mesma forma que na sociedade industrial, acelerando o processo de desigualdades sociais e o empobrecimento. A tecnologia se transforma hoje num instrumento que viabiliza a exclusão social, na medida em que o acesso às novas técnicas é ditado pelas condições materiais dos indivíduos agravadas por sua vez pelo monopólio dos meios de comunicação exercido pelas grandes empresas internacionais.

Por outro lado, essa sociedade neoliberal tem o seu contraponto, ou seja, as grandes empresas que dominam os vários setores da comunicação e informação buscam, através dos meios de que dispõem, reproduzir uma determinada cultura, impor uma ideologia em que os agentes sociais possam interagir com esses meios. Nesse contexto, a fala de Walter Benjamin (1986) é apropriada ao dizer que “Não há instrumento de cultura que não seja também um documento de barbárie. E a mesma barbárie, que o afeta, também afeta o processo de sua transmissão de mão em mão”. Hoje a cultura tecnológica se impõe a toda sociedade, na qual a cultura dos dominados expressa a barbárie em que vivem. A exclusão social que advém da política imposta no momento pelos vencedores é uma realidade objetiva.

Esses discursos ideológicos, enquanto construção de determinados grupos ligados à mídia, legitimam o mito da tecnologia como elemento essencial na elaboração da história. Com isso, o mito marca a sua autoridade no campo cultural com certos tipos de mensagens, fixando modelos para as atividades humanas como o trabalho, a educação e a arte. Na base constitutiva dessa ideologia, encontramos a busca constante de uma relação de afinidade entre o homem e a máquina. Uma necessidade que se cria visando atingir o lado racional e emocional do homem, através de uma política que associa interesses das grandes empresas com as necessidades criadas na estrutura mental do corpo social. Esta é determinada pelo neoliberalismo inserindo-se num processo contínuo de mudança.



Para os representantes da Escola de Frankfurt, o que se repete na história é a violência associada ao progresso. Segundo essa concepção, as guerras são resultados do desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, a ciência e a técnica não têm um objetivo humano.

Adorno (1995), ao refletir sobre a repetição de Auschwitz, afirma que é possível evitá-la mediante a educação e o esclarecimento. Aquela deve ser dirigida contra a barbárie, pois, a pouca consciência sobre a exigência de sua não repetição cria condições para que ela se instaure novamente. O mundo atual, em que a tecnologia ocupa uma posição decisiva, produz indivíduos afinados com a técnica, que se inclinam a considerá-la como algo em si mesma, os meios são fetichizados, porque o fim, que é levar a vida humana à sua emancipação, encontra-se encoberto e desconectado das pessoas. Aquelas com tendências a fetichização da técnica são seres incapazes de amar. O amor é absorvido por coisas, máquinas. O perturbador é que esta tendência de desenvolvimento encontra-se vinculada ao conjunto da civilização. A não repetição de Auschwitz só será possível na medida em que a educação política for a principal questão, sem receio de contrariar qualquer potência e o direito do Estado não estiver acima de seus integrantes, pois, ao contrário, o terror passa a estar potencialmente presente.

Na sociedade globalizada em que vivemos tudo se reveste de um caráter mercadológico, no qual se omite a história social da produção dos objetos. Disso resulta a descrença dos integrantes da Escola de Frankfurt na ciência e na técnica como meio de emancipação social. O que se projeta ao ser humano é um quadro de violência, manifestando-se, diariamente, sob múltiplas formas no espírito da técnica.

Assim, a educação tem muito a contribuir para que seja recuperado o indivíduo autônomo, consciente de seus fins, que não caia na armadilha de uma racionalidade técnica que separa meios e fins para o exercício de culto aos meios. Nesse sentido, a educação também deve ser concebida como um instrumento de contestação e resistência contra tudo que não leve em consideração o elemento humano.

### 3 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA A SERVIÇO DA HUMANIZAÇÃO

O século XXI impõe-nos sérios desafios para transformar a sociedade em que vivemos, numa busca de caminho para a liberdade e exercício da ética da solidariedade, justiça e inclusão social. E é particularmente na educação que se depositam todas as esperanças de superação das contradições que se descortinam. Somente uma educação integral do ser humano poderá atingir um desenvolvimento mais harmônico, possibilitando a diminuição da pobreza, da violência e das guerras que marcaram o desencantamento do século XX e abriram esse novo século.

Constitui um imperativo hoje, pensarmos numa nova visão de educação resignificando sua dimensão cultural e ética e reafirmando a importância de sua permanência para toda vida. Frente a um cotidiano marcado pela diversidade, pela comple-



xidade e flexibilidade, torna-se exigência básica uma educação que prepare o indivíduo para as alterações da vida profissional, para um novo mercado de trabalho, numa construção contínua dos seus saberes e aptidões, permitindo-lhe tomar consciência de si próprio e do seu papel a desempenhar enquanto sujeito social e cidadão.

A atual conjuntura educacional aponta para uma revisão das práticas pedagógicas numa nova concepção de ensino. Porém, segundo Dowbor (2001, p. 14):

As resistências à mudanças são fortes. De forma geral, como as novas tecnologias surgem normalmente através dos países ricos, e em seguida através dos segmentos ricos da nossa sociedade, temos uma tendência natural a identificá-las com interesses dos grupos econômicos dominantes. E a verdade é que servem inicialmente estes interesses.

As mudanças que ocorrem no mundo atual precisam ter na educação uma proposta transformadora. Sabemos que o conhecimento não é produzido apenas nas instituições. A tecnologia – informática, multimídia, telecomunicações, bancos de dados, vídeos – tem possibilitado aos indivíduos refletir sobre a produção intelectual advinda das diversas áreas de pesquisa que se faz no momento e que provoca mudanças no modo de conceber a política, a economia e a cultura.

Nesse contexto, as instituições educacionais têm uma função a desempenhar, ou seja, viabilizar o acesso às tecnologias para que a aprendizagem dos excluídos possa se efetivar, de outro modo, a inclusão digital depende muito de uma transformação social, que também passa pela educação.

A idéia de educação integral pressupõe a incorporação pela escola, dos diversos progressos técnicos (na eletrônica, na informática, na criação de redes), bem como uma inter-relação com o campo da comunicação, que vêm gerando profundas mudanças culturais e novas maneiras de aprender, de apreender e intervir no mundo. Dessa forma, é fundamental que ocorram transformações radicais no sistema educacional e nos métodos de ensino, rompendo a dicotomia entre teoria e prática e a distinção entre tecnologias educacionais e meios de comunicação. O conhecimento das informações ou dos dados isolados tornou-se insuficiente, é necessário contextualizar as informações para que adquiram sentido. Uma sociedade democrática, plural e participativa, implica na presença de cidadãos verdadeiramente alfabetizados, inclusive tecnologicamente, conscientes de seus direitos e deveres e protagonistas de sua própria história. Para isso, as instituições educativas devem superar os enfoques tecnológicos funcionalistas e burocratizantes, valorizando o diálogo, as relações que se estabelecem entre todas as pessoas envolvidas no processo e o contexto no qual se insere a comunidade educativa, como nos demonstra Imbernon (2000, p. 8):

A instituição que educa deve deixar de ser ‘um lugar’ exclusivo em que se aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações [...].



Os avanços tecnológicos têm mostrado que não se pode mais negar a influência exercida pelas mídias e seu caráter socializador. As tecnologias de informação e comunicação assumem hoje um perfil de onipresença em todos os setores sociais e a educação também é afetada por esta contingência. Os meios técnicos utilizados pelos sistemas de informação e comunicação são os mesmos que encontramos na escola, porém, não basta apenas saber manipulá-los, é preciso torná-los objeto de estudo, descobrindo suas potencialidades comunicacionais e pedagógicas, como afirma Belloni (2002, p. 33-34):

A tecnificação é um fenômeno geral típico de nossas sociedades contemporâneas, já tendo transformado o mundo do trabalho, os sistemas de comunicação e o mundo vivido do indivíduo. Vai entrando agora, com a força da informática e das redes telemáticas, nos sistemas de educação, mais especificamente no espaço escolar. Nesse sentido, teoricamente justifica-se a expressão **‘educar para os meios’**, mais pertinente do que **‘educar para a comunicação’** [...].

A sociedade informacional requer o desenvolvimento de uma “pedagogia dos meios”, que permita à escola, em sua função socializadora, incorporar esses meios técnicos de expressão e comunicação, utilizando-os na construção de um saber que promova a emancipação dos indivíduos e o respeito às diversidades pessoais e culturais. Para atingir esses fins, é imprescindível que os educadores desempenhem um novo papel, abandonando a simples transmissão do conhecimento acadêmico, assumindo a função de mediadores, integrando os meios técnicos com a aprendizagem; ultrapassando a mera atualização científica e pedagógica, para criar espaços de participação e reflexão; e estimulando os educandos a tomarem decisões para processar, sistematizar e comunicar as informações. Esse novo papel do professor deve ser compartilhado com outros profissionais, executando a idéia que Belloni denomina de “professor coletivo”, ou seja, o trabalho integrado de vários educadores, auxiliados por outros profissionais, numa abordagem centrada no aprendente, que deverá tornar-se competente e autônomo. Constitui-se ainda numa medida urgente, o rompimento com a fragmentação do conhecimento, da comunicação e das relações, que só pode ser alcançado com uma visão de totalidade e a articulação entre os diversos saberes e capacidades, tão massificados e homogeneizados no processo de globalização em que vivemos. O educador deve, portanto, assumir como centro de sua atividade docente, insubstituível por excelência, a busca contínua do processo de humanização como nos coloca Arroyo (2000, p. 21) em sua obra *Ofício de Mestre*:

Não temos dúvida de que a garantia dos direitos sociais somente acontecerá na afirmação de uma cultura pública, no reconhecimento social coletivo desses direitos, no comprometimento da sociedade. Sabemos que a educação enquanto direito é uma empreitada tão séria que não poderá ficar apenas por conta de seus profissionais, mas também não aconteceria sem eles, sem sua perícia, seu trabalho qualificado. Seu planejamento e ação competentes são insubstituíveis. Seu ofício não é descartável.

Cabe ao professor pensar sobre sua prática educativa e redefinir sua ação política frente a esta prática. Mas isso só poderá ocorrer com a consolidação de uma escola que reflète sobre seu papel, na sua missão social e organização, dando condições de formação permanente aos seus educadores. A escola deve permitir o exercí-



cio da própria vida, assumindo seu contexto específico em nível local, bem como em nível universal, através de novas tecnologias de informação e comunicação.

No seio da sociedade da informação emerge o fenômeno da interatividade, uma modalidade comunicacional, cujo pressuposto básico é a dialogicidade. Verifica-se a atuação da técnica sobre o social e vice-versa, juntamente com o investimento empresarial em novas tecnologias e novas estratégias de marketing, gerando produtos que passam a manter uma relação dialógica com os clientes, que cada vez mais, estão sujeitos a um consumo liberto da passividade. Essas tecnologias interativas estabelecem relações inovadoras dos usuários com o conhecimento, democratizando o processo de informação, na medida em que possibilitam a estes, ultrapassarem a restrita condição de consumidores-espectadores passivos, para a condição de sujeitos participativos e criativos.

O desenvolvimento tecnológico no campo da informática permitiu o processamento da informação e da comunicação a partir do uso do hipertexto, um sistema interativo que fornece as bases para uma experiência comunicacional entendida como diálogo e multiplicidade, superando uma concepção tradicional de aprendizagem, estática, fragmentada e linear. Nas tecnologias hipertextuais encontra-se um ambiente complexo, forjando um novo paradigma que busca a interação entre as diversas ciências, na perspectiva de tudo religar, sob a ótica da diversidade, do acaso e da incerteza contemporânea.

Enquanto forma escrita típica da chamada cibercultura, o hipertexto pode servir de parâmetro para as mudanças na realidade educacional, ao fundamentar-se nas idéias de multilinearidade e redes. O hipertexto pode colaborar para o movimento de democratização do ensino, ao reunir diversas vozes e olhares, numa construção coletiva do pensamento, rompendo com uma escola conservadora, dos saberes prontos, definitivos e descontextualizados e revolucionar as estruturas de poder e hierarquização, onde o professor deixa de ser o transmissor de uma norma culta, impondo, através da palavra e da escrita, a cultura dominante.

Entendemos, portanto, que a utilização das tecnologias de informação e comunicação podem e devem colaborar para o bem comum e a construção de uma educação mais humanizadora, que forneça as bases para transformar as injustiças observadas em nossa sociedade. Entretanto, é preciso ter clareza política sobre a serviço de quem estão sendo disponibilizadas essas tecnologias, para que não continuem tornando-se armadilhas de dominação e exclusão social, acentuando ainda mais a divisão entre opressores (aqueles que detêm a informação) e oprimidos (aqueles que não têm acesso aos meios).

Numa educação política, onde o progresso supere a barbárie, o modelo das tecnologias interativas e a hipertextualidade não deverão constituir-se num fim em si mesmo, mas um meio capaz de promover a gestação de uma sociedade aberta à pluralidade, ao respeito ambiental, à construção coletiva e à democracia, para que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.



## 4 CONCLUSÃO

A educação é uma das áreas do conhecimento que pode proporcionar ao indivíduo a auto-reflexão crítica. A serviço da humanização, torna-se referência para a transformação da mentalidade da sociedade.

A globalização do capitalismo, no contexto atual, deu continuidade ao que os filósofos da Escola de Frankfurt afirmam ser repetitivo na história, ou seja, a variação sobre o tema da violência: exploração, alienação, mito, exclusão social em todos os níveis. Neste ambiente, a relação entre pobreza e educação constituiu-se numa questão complexa, na medida em que, os modelos educacionais concebidos como modernos, ao invés de incluir socialmente o educando, estão gerando cidadãos virtuais, com o aval dos órgãos governamentais, comprometidos com um modelo econômico que viabiliza a exclusão social.

Nesse cenário a postura dos educadores comprometidos com uma educação incluyente, deve ser a de combater esse sistema, cujo princípio de igualdade não é um valor norteador para uma sociedade livre, mas que realça a livre concorrência. Para essa missão, a história nos leva a tomarmos consciência de uma igualização das condições que possibilitem a cada cidadão ter uma vida conforme o padrão que escolher. Isso implica na afirmação de que a emancipação do indivíduo requer oportunidades iguais nos diversos setores da vida humana, tais como, saúde, segurança, trabalho.

Num mundo marcado pelas constantes mudanças, a tecnologia não pode ser sinônimo de exclusão social, por isso, a educação deve re-significar o seu uso. Sabemos que a ciência em todos os campos de pesquisa está muito avançada, porém, ainda não conseguiu resolver o problema da fome no sentido amplo da palavra. Se a questão é de ordem política, a educação transformadora deve assumir o seu papel e ocupar o seu espaço.

Nos dias atuais a inclusão social está associada à inclusão digital. Democratizar os meios para uma nova prática pedagógica é uma ação que deve atender a todos os indivíduos, possibilitando melhorias na qualidade de vida.

### Education, technology and humanization

#### ABSTRACT

This work was thought as an instrument of understanding the use of technological way to vehicle educational proposal which considers learner emancipation firstly. Nevertheless, education history has shown us that the opposite of this prospect is exclusion. The neoliberal and informational society has changed human relationships, accelerating the social inequality and impoverishment. Technology has become a way exclusion politics because one can reach new



techniques only through one's material conditions. In this sense, education should be conceived as a way of resistance and changing of social injustices, promoting a whole development of students and through new technologies gives opportunity to the digital inclusion, to emancipate, humanize and expand citizenship conception.

Keywords: Education. Technology. Neoliberalism. Social exclusion.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BELLONI, M. L. *A formação na sociedade do espetáculo*. São Paulo: Loyola, 2002.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DOWBOR, L. *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

IMBERNON, F. *Formação docente e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

PEÑA JIMENEZ, Maria de los Dolores. *Formação continuada de professores na escola: o desafio da mudança a partir da avaliação da aprendizagem*. 1999. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.



MACKENZIE